

CORREIO NACIONAL



Pesquisa compara dezembro de 2012 e de 2023

População em situação de rua aumenta 17 vezes em SP

Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2023, o número de pessoas que vivem nas ruas da capital São Paulo aumentou 16,8 vezes, passando de 3.842 para 64.818. Apesar do aumento, a prefeitura perdeu, no ano passado, cerca de R\$ 7 milhões em repasses do governo federal por deixar de atualizar devidamente a base de dados. Esses são alguns dos apontamentos feitos por uma equipe de pesquisadores do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, do

Polo de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O que se usou como referência foram os beneficiários vinculados ao Cadastro Único (CadÚnico), alimentado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O total de pessoas que vivem sob essa condição na capital levantado pelo observatório, portanto, difere do estimado pela gestão municipal, que é de 31.884 pessoas, de acordo com o último censo, aplicada em 2021.

Observatório

O total de pessoas que vivem sob essa condição na cidade de São Paulo, levantado pelo observatório de políticas públicas, difere do estimado pela gestão municipal, que é de 31.884 pessoas, de acordo com o último censo, aplicado em 2021 e divulgado em janeiro de 2022.

Mel falso

Cerca de 80 policiais federais participam de ação deflagrada na manhã desta quarta-feira (21), em Minas Gerais, para desarticular uma organização criminosa suspeita de movimentar cerca de R\$ 4 milhões com a venda de mel falsificado no ano passado.

Segurança

A Secretaria de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, determinou que as diretorias das cinco penitenciárias federais em funcionamento no Brasil reforcem a vigilância nas unidades – consideradas de segurança máxima. Entre as medidas está a realização de revistas diárias em celas.

08 de janeiro

O plenário do Supremo Tribunal Federal condenou mais 15 réus acusados de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro do ano passado, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas. As condenações pelos atos chegam a 86, com penas que variam de 03 a 17 anos de prisão.

Milhagens aéreas

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, recebeu, nesta quarta (21), a visita do deputado federal Amom Mandel (Cidadania-AM), autor do projeto que regulamenta programas de milhagens das companhias aéreas no país. O tema está diretamente ligado à conectividade aérea.

Amazonas

Freixo reforçou que o Amazonas, estado do deputado Amom, é uma região de interesse da Embratur, pois atrai muitos turistas internacionais. O estado amazonense recebeu, em 2023, mais de 24 mil visitantes de outros países, segundo o Portal de Dados da Agência.

Hectares

O Brasil possui cerca de 51 milhões de hectares de área com sobreposições de imóveis rurais com terras indígenas e quilombolas, Unidades de Conservação, florestas públicas e assentamentos. O dado foi divulgado nesta quarta-feira (21), pelo Observatório do Código Florestal.

Fiocruz

A Fiocruz vai instalar um centro de pesquisas no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão. Acordo nesse sentido foi assinado nesta quarta-feira (21) entre as duas instituições. A parceria entre Fiocruz e UFRJ viabilizará a instalação de um ambiente gerador de inovação.

MP

O Ministério Público da Bahia denunciou dois policiais militares pelo assassinato do jovem cigano Lindomar Santos Matos, de 15 anos, ocorrido em 30/07 de 2021, no distrito de Lagoa Grande, município de Aracatu. Para o órgão, a motivação para o crime foi o desejo de vingar a morte de dois colegas da corporação.

Imigração italiana

A cidade de São Paulo estará colorida até o próximo dia 28, com as cores da bandeira italiana como comemoração aos 150 anos da imigração italiana no Brasil. O Monumento às Bandeiras, no Ibirapuera, e o Edifício Matarazzo, são alguns dos locais que serão iluminados pelas cores vermelha, verde e branca.

Programa Pé-de-Meia: prazo termina no domingo

Secretários e reitores precisam acessar o módulo do programa

Rafa Neddermeyer / Agência Brasil

Termina no próximo domingo (25) o prazo para a assinatura do termo de compromisso das redes federais, estaduais, distrital e municipais com o Programa Pé-de-Meia, instituído pelo governo federal como uma espécie de poupança que serve de incentivo para que estudantes de baixa renda concluam o ensino médio.

Os procedimentos devem ser feitos pelas secretarias de Educação, por meio do módulo Pé-de-Meia do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). Ao assinar o termo, as autoridades indicam quem serão os responsáveis pelo envio mensal das informações dos alunos para o Ministério da Educação (MEC).

“Somente os perfis do respectivo secretário estadual e municipal de Educação e do reitor das instituições federais que ofertam ensino médio regular podem acessar o módulo no Simec e fazer a adesão”, informa o MEC.

Serão beneficiados jovens de baixa renda regularmente matriculados no ensino médio na rede pública e com a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$



Serão beneficiados jovens de baixa renda regularmente matriculados no ensino médio

218. No caso de educação para jovens e adultos, podem receber o benefício quem está na faixa etária de 19 a 24 anos.

O programa oferece quatro tipos de incentivos para os estudantes do ensino médio: incentivo-matrícula, pago uma vez por ano para aqueles que se matricularem; incentivo-frequência, pago em nove vezes durante o ano para aqueles que frequentarem pelo menos 80% das aulas; incentivo-conclusão, pago pela conclusão dos anos letivos, para

aqueles que forem aprovados, participando das avaliações; e, o incentivo-Enem, pago uma única vez para aqueles que comprovarem a participação Enem.

No ato da matrícula, no início do ano letivo, o estudante do ensino médio receberá em sua conta poupança R\$ 200. Com a comprovação de frequência, ele terá direito ao recebimento de R\$ 1,8 mil por ano, em nove parcelas de R\$ 200.

Assim, o total por ano letivo será de R\$ 2 mil. Ao concluir a

última série, o aluno receberá R\$ 3 mil na conta poupança, que equivale a R\$ 1 mil por série. Aqueles que participarem do Enem receberão R\$ 200. Assim, caso o estudante cumpra todos os requisitos estabelecidos ao longo dos 3 anos, ele terá recebido um total de R\$ 9,2 mil.

Os recursos serão depositados em conta em nome do estudante, de natureza pessoal e intransferível. Os valores não entrarão no cálculo para declaração de renda familiar.

Desigualdades no acesso a saneamento

O relatório elaborado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado para avaliar a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007) constata que o Brasil ainda registra grandes desigualdades regionais no acesso ao saneamento, com poucos avanços para a cobertura total da população.

Segundo o levantamento, pouco mais da metade do Brasil conta com cobertura de esgoto e resíduos sólidos. Além disso, há mais de 1,5 mil lixões a céu aberto no país; e mais de 4 milhões de pessoas não têm acesso a banheiros.

Entre as conclusões apresentadas no relatório, está a sugestão de medidas como a ampliação de investimentos e apoio da União a estados e municípios para cumprimento das metas de universalização do saneamento básico.

Com relação ao abastecimento de água, o relatório indica que o atendimento desse serviço chega a mais de 84% da população, percentual que foi alcança-

do graças a avanços observados em cidades do Sul e Sudeste. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste registraram níveis de cobertura iguais ou acima dos 90%. Já as regiões Norte e Nordeste apresentaram índices de 60% e 74,7%, respectivamente.

A desigualdade das regiões com relação ao esgotamento sanitário são mais significativas. A média de atendimento de esgoto no país está pouco acima dos 50%. Na Região Sudeste chega a 82%, enquanto no Centro-Oeste fica em 62%; no Sul, 48%; no Nordeste, 30%; e no Norte, 14%. O senador Confúcio Moura (MDB-RO), autor do relatório, avalia serem necessários aportes de R\$ 890 bilhões em investimentos para que o país alcance a universalização desses serviços.

A Avaliação de Políticas Públicas é um instrumento previsto no Regimento Interno do Senado Federal, criado com o objetivo constitucional de fiscalizar a execução das leis e dos atos do Poder Executivo.



Em janeiro, área derrubada foi de 79 quilômetros quadrados

Desmatamento na Amazônia cai 60%

O desmatamento na floresta amazônica caiu 60% em janeiro deste ano, conforme monitoramento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Foi o décimo mês consecutivo de redução.

Em janeiro de 2024, a área derrubada foi de 79 quilômetros quadrados (km²). No mesmo mês de 2023, chegou a 198 km².

Apesar da queda, o desmatamento equivale a mais de 250 campos de futebol por dia e suculiza a destruição registrada em janeiro de 2016, 2017 e 2018.

Para a pesquisadora do Imazon Larissa Amorim, o país necessita reduzir a emissão de gases de efeito estufa, ampliar a fiscalização ambiental e criar áreas protegidas de floresta se quiser alcançar a meta de desmatamento zero até 2030.

Pela série, iniciada em 2008, os anos com maior derrubada foram: janeiro de 2015 com 288 km² e janeiro de 2022, com 261 km². O monitoramento por imagens de satélite possibilita identificar também os estados que mais desmataram em janeiro.

STF

Supremo lança livro em homenagem à Rosa Weber

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, lançou, na abertura da sessão plenária desta quarta-feira (21), livro em homenagem à trajetória da ministra aposentada Rosa Weber no STF. Após 35 anos de dedicação à Justiça do Trabalho, a ministra foi a terceira mulher a integrar a Suprema Corte e se aposentou em setembro de 2023. A publicação reúne quinze julgados que retratam a passagem de Rosa Weber pelo Tribunal, envolvendo diversas decisões emblemáticas que passaram por suas mãos, como a inconstitucionalidade do decreto que dificultava a participação social nas políticas ambientais, além da inconstitucionalidade do orçamento secreto.

STJ

Sexta Turma mantém ação penal contra jogador

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça negou, por unanimidade, o pedido de habeas corpus para que fosse trancada a ação penal movida contra o jogador Igor Aquino da Silva, conhecido como Igor Cárius, acusado na Operação Penalidade Máxima. A operação foi deflagrada pelo Ministério Público de Goiás para apurar suposto esquema de manipulação de jogos de futebol para controlar o resultado de apostas esportivas. Após o Tribunal de Justiça negar o trancamento da ação penal, o pedido foi apresentado ao STJ. Nesse novo habeas corpus, a defesa alegou que a conduta atribuída ao esportista não seria crime.

TSE

Condenação de ex-deputado por compra de votos

Na sessão de terça-feira (20), o Tribunal Superior Eleitoral reformou decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) e impôs multa de 50 mil UFIRs ao ex-deputado estadual Max Ney Machado Andrade, o Max da AABB, pelo crime de compra de votos nas Eleições 2018. Por maioria de votos, o Colegiado acompanhou a divergência aberta pelo presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes. Ao votar durante a sessão, Moraes destacou que o conjunto probatório documental demonstra claramente a prática de compra de votos em benefício do então candidato, direta ou indiretamente, por meio de pessoas que atuaram nas ilicitudes.

TCU

Regras para atuação em acordos de leniência

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, nesta quarta-feira (21), instrução normativa que estabelece diretrizes para atuação do Tribunal nos acordos de leniência, de competência da Controladoria-Geral da União (CGU). As normas e procedimentos da instrução atendem ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado pelo TCU, CGU, Advocacia-Geral da União (AGU), Ministério da Justiça e Segurança Pública em agosto de 2020, sob coordenação do Supremo Tribunal Federal (STF). A atuação do TCU, segundo as novas regras, vai ocorrer a partir do recebimento de informações oriundas da CGU/AGU no início e fim da fase de negociação.